

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA
IESOL/UEPG

EIXO TEMÁTICO III: ITCPs E METODOLOGIAS DE INCUBAÇÃO
GT 15 - Estruturas e metodologias de funcionamento das incubadoras

FABIANE KRAVUTSCHKE BOGDANOVICZ
IESOL/UEPG

EMAIL: frosebach@bol.com.br
TELEFONE: (42) 9981-2430

O presente artigo apresenta a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol – através da atuação de seu Núcleo de Participação Política, a fim de compartilhar sobre essa caminhada e refletir a respeito do tema.

A IESol é um programa permanente de extensão criado em 2005 na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e faz parte da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. A proposta desta incubadora é atuar junto aos empreendimentos econômicos solidários – EES – de Ponta Grossa – PR e região, para seu fortalecimento e organização, a partir dos princípios da Economia Solidária. Seus objetivos principais são “a autogestão, a geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo, a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos” (IESOL, [201-]). Além dos grupos de incubação aos EES, a IESol também se organiza através de núcleos temáticos, sendo um desses núcleos o Núcleo de Participação Política, que tem como objetivo debater sobre os espaços de participação política relativos à Economia Solidária (como fóruns, conselhos, conferências, entre outros), realizar formações para os trabalhadores dos EES incubados e para membros da IESol a respeito desse tema, bem como fazer a representação da incubadora nos espaços supracitados. Esse núcleo foi pensado no final do ano de 2013 e colocado em prática durante todo o ano de 2014, com um número variável de membros, contando com seis pessoas ao final do ano, duas técnicas, um técnico e três estagiárias.

O Núcleo realizou 10 reuniões durante o ano, aplicou uma atividade preparatória para a III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES – com membros de EES e um módulo no Curso de Introdução à Economia Solidária da IESol para novos estagiários e comunidade, e participou dos seguintes espaços: reuniões do Conselho Municipal de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, I Fórum Municipal de Economia Solidária, I Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária dos Campos Gerais, do Fórum Paranaense de Economia Solidária e do Centro de Formação em Economia Solidária – CFES, e das etapas Macro-Regional, Estadual e Nacional da CONAES. Além disso, o Núcleo realizou duas produções: a gravação de um vídeo com de duas trabalhadoras e um trabalhador de EES, que participam de instâncias de participação política, relatando sobre suas experiências nesses espaços e a relevância dos mesmos para o movimento da Economia Solidária e para si mesmos, como sujeitos; e a apresentação de um artigo (resumo expandido) no evento I Seminário Nacional de Economia Solidária e Tecnologias Sociais – SENESTS. Todas as relatorias a respeito dessas atividades se encontram salvas em uma conta *Google Drive* da IESol, disponível para o acesso de todos os membros da incubadora.

As atividades realizadas pelo Núcleo são sempre pensadas com base na Educação

Popular, que envolve “a organização das classes populares para intervirem na realidade conforme seus interesses e necessidades de classe” (PACHECO JÚNIOR e TORRES, 2009, p. 26), tratando-se da proposta de

uma Educação ética e responsável que apresente as contradições históricas de seu tempo, contribuindo com a conscientização e que tenha como pretensão colocar homens e mulheres em diálogo permanente, apontando, a partir dessa relação, uma perspectiva de sociedade que contemple as suas reais necessidades (idem, p. 25).

Com base na análise desse um ano de atuação do Núcleo de Participação Política, inclusive a partir das avaliações realizadas pela IESol ao final do ano, foi percebida sua importância de diversas formas. Primeiramente, ao fortalecer os espaços participativos supracitados, que o Núcleo vem ajudando a construir. A maioria desses espaços se apresenta com muitas fragilidades, com representantes do poder público que desconhecem a Economia Solidária ou têm interesses pessoais na participação desses espaços. A prática democrática como um todo é muito incipiente no Brasil, sendo que a participação popular se encontra na agenda política a partir da reabertura democrática, especialmente com a Constituição Federal de 1988 (a “Constituição Cidadã”). Os espaços abertos à participação popular ainda são restritos, com muitos espaços apenas consultivos, sendo que muitos espaços deliberativos são apenas para “cumprir tabela”. Isso acaba por desmotivar ainda mais a participação daqueles que já não têm essa prática, com descrença no funcionamento do aparelho político. Dessa forma, a participação das universidades na construção e fortalecimentos desses espaços é de intensa relevância. No caso da Economia Solidária, o acompanhamento desses espaços por parte das incubadoras é vital para garanti-los enquanto espaços de controle social democrático, que é definido por Bogdanovicz, Gilgen e Pereira (2014) como “o controle da sociedade civil sobre o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas estatais (BRAVO e CORREIA, 2012), corroborando com a concepção da esfera pública ampliada e democrática (CALVI, 2008, p. 15)”.

O segundo aspecto de importante destaque quanto à atuação do Núcleo diz respeito a acompanhamento e assessoria a membros de EES na participação dos espaços supracitados, tornando essa participação uma prática pedagógica, conforme teorizam os autores da Democracia Participativa. Afirmam tais autores que a participação apresenta um caráter educativo, que se aprende a participar participando, sendo então que “o conhecimento prévio não é condição para a capacidade de agir na esfera pública, como alegariam alguns defensores da representação como mecanismo para qualificar os deliberantes” (DIAS, 2002, p. 95). É o exercício da atividade política que desenvolve a capacidade e mesmo a responsabilidade dos cidadãos, enriquecendo as experiências coletivas, o que coloca os interesses individuais em relação contextualizada com os interesses coletivos, “gerando benefícios para a sociedade como um todo” (ROUSSEAU; MILL; TOCQUEVILLE apud DIAS, 2002, p. 92). A autora Maria da Glória Gohn (2003, p. 28), renomada estudiosa acerca do tema da participação, especialmente quanto aos Movimentos Sociais e Conselhos Gestores, afirma que, “aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado” e, assim, “participação toma o significado de luta contra a exclusão”. Afirmações nesse sentido puderam ser observadas nas falas dos membros dos EES no vídeo gravado pelo Núcleo. Além disso, é a participação política popular que qualifica e legitima a democracia, termo este que tem origem grega em *demos kratein*, significando “o formato específico do governo que se exerce pelo povo e para o povo” (DIAS, 2002, p. 63).

O terceiro aspecto que pode ser destacado compreende a formação interna da incubadora quanto ao tema da participação política. As metodologias tradicionais de incubação enfocam nos processos de geração de trabalho e renda, e, na atuação do cotidiano, é muito fácil se deixar levar pela lógica dos problemas emergentes, o famoso “apagar fogueiras”, com questões que vão se colocando no topo da lista de prioridades das atividades diárias de incubação. É sabido que os atores da Economia Solidária se encontram

majoritariamente nas classes subalternizadas. É impossível, portanto, não pensar na Pirâmide de Maslow (teoria publicada em 1943), que diz respeito à hierarquia das necessidades humanas, que coloca as necessidades fisiológicas, como a fome, a sede e o sono, em sua base, e as necessidades de segurança, como abrigo, recursos, propriedade, em seu segundo patamar. As necessidades sociais de relacionamento, pertencimento, afeto, auto-estima e auto-realização se encontram nos escalões superiores da pirâmide. Essa representação também condiz com o senso comum, que coloca a necessidade de comer acima das realizações pessoais. Assim, geralmente ocorre que essas necessidades são entendidas como prementes pelas equipes de incubação, colocando questões mais subjetivas, ou que não influenciem diretamente na geração de trabalho e renda, como secundárias, ou “para quando der”. Entretanto, pesquisas mais recentes vêm demonstrando que, apesar do que apresenta o senso-comum, não há evidências da veracidade dessa hierarquização das necessidades. Mais ainda, há autores que afirmam que as necessidades humanas simplesmente não podem ser hierarquizadas, sendo condições ontológicas da humanidade e estando em simultaneidade e complementação (MAX-NEEF, 1998 apud RABENHORST, 2007, p. 72). A participação política diz respeito a diversas necessidades humanas como a de pertencimento, de expressão, de intervir nos fatores que influenciam sua vida, e de fazer valer sua cidadania, que é a “prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”, que compreende o direito da deliberação do sujeito sobre sua própria vida, a livre expressão de pensamento e a prática política, religiosa etc. (COVRE, 2007, p. 10). Assim, a atuação do Núcleo de Participação Política no contexto da Economia Solidária compreende a necessidade de se colocar a participação política como fator essencial no processo de incubação, pois se relaciona com o desenvolvimento de elementos como autonomia e emancipação, além de favorecer a prática da participação dentro do próprio empreendimento. Nesse sentido, Christoffoli (2007, p. 170) afirma que pesquisas realizadas em cooperativas de assentamentos “mostram correlação positiva entre participação nos cursos de formação política e elevação do nível de consciência (socialista) e participação nas instâncias de direção das cooperativas”, defendendo ainda que a formação política deve ser trabalhada conjuntamente com a qualificação técnica dos membros dos EES, não se limitando aos espaços formais e de cursos. “A formação política só funciona se estiver conjugada com a ação nas lutas sociais e com a reflexão sobre os processos”, “deve envolver as diversas situações de vida das pessoas” (idem, p. 168-169).

Compreendendo Política em seu sentido mais amplo, cuja palavra tem origem grega e abrange as questões da vida na *polis* (cidade), as regras de organização da vida em comum e objetivos da comunidade organizada (DALLARI, 1984, p. 10; CHAUI, 2000, p. 479), autores da Democracia Participativa teorizam, portanto que Política engloba invariavelmente a participação social, “processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1980, p. 61).

Diversos elementos encontrados na teoria da Democracia Participativa são também encontrados nos escritos acerca da Economia Solidária, cujas práticas resultam em solidariedade, igualdade, democracia, cooperação, desenvolvimento humano, emancipação (SINGER, 2008, pp. 7-23). Os teóricos da participação política afirmam que esta possui um caráter educativo, como descrito acima. Desta forma, a participação capacita o indivíduo a ser seu próprio senhor; sendo seu próprio senhor, nenhum indivíduo é senhor do outro (autonomia), mas todos precisam igualmente dos outros, e assim o indivíduo aprende a levar em conta assuntos mais amplos do que os seus imediatos, caso queira também a cooperação dos outros. Essa questão é muito pertinente para a constituição da autogestão, através da qual os EES podem ensaiar uma organização diferente das encontradas no mercado de trabalho capitalista, de forma horizontalizada, favorecendo a participação direta dos membros,

mediante o aumento dos espaços de debate, as assembleias, e as tomadas de decisão coletivas. Assim, é seguro inferir que as conclusões acerca da Democracia Participativa são válidas para as práticas da Economia Solidária, que pode então ser compreendida como um espaço de participação social e de organização coletiva.

Della Giustina (2008, pp. 154-177) propõe os conceitos éticos de participação e solidariedade em contraponto à exclusão e competição, sendo “capazes de promover a desconcentração em todos os campos de estrutura e das relações sociais”, como da economia (pela ampliação dos processos de produção), demográfica (com uma política de ocupação territorial sustentável), do conhecimento, tecnologia e cultura (com uso da tecnologia para difundir conhecimento e promover diversidade cultural, com quebra de patentes – função social da propriedade, em sentido ampliado), política (distribuição do exercício do poder pelo corpo social). Dessa forma, compreende-se a relação deste trabalho com a questão da gestão social, que “valoriza os processos coletivos, dialogados e participativos da gestão”, dizendo respeito “à gestão das demandas e necessidades do social”, contribuindo como uma “semente para uma cultura política cidadã e democrática nas organizações” (SCHOMMER e FRANÇA FILHO, 2008 apud PINHO, 2010), sendo a participação política análoga a isso em muitos sentidos.

Finaliza-se a presente exposição com a conclusão da inegável relevância da participação política dentro do contexto da Economia Solidária e de seu fomento, através do trabalho das incubadoras universitárias, fortalecendo os empreendimentos e seus trabalhadores, bem como a própria democracia e suas instâncias participativas,

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Participação Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

BOGDANOVICZ, F. K.; GILGEN, A. C.; PEREIRA, L. G. O controle democrático como tecnologia social no empoderamento de agentes da Economia Solidária. In: I SENESTS. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em <www.filosofia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/classicos_da_filosofia/convite.pdf>. Acesso em 15 jan. 2015.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CHRISTOFFOLI, P. I. A formação política na Economia Solidária. In: MELLO, S. L.; SÍGOLO, V. M.; BARBIERI, E. M. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. V. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007. Pp. 165-171.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

DELLA GIUSTINA, O. **Participação e Solidariedade: A revolução do III milênio**. Tubarão: Ed. Unisul, 2008.

DIAS, M. R. As teorias educativas da participação: transcendendo os limites da representação política. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilmea da Câmara**

Municipal de Porto Alegre. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. Pp. 91-96.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IESOL. A IESol. Ponta Grossa: [s.n., 201-]. Disponível em <sites.uepg.br/iesol/?page_id=36> Acesso em 15 jan. 2015.

PACHECO JÚNIOR, I.; TORRES, M. M Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, R. **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: RIGO, A. S. **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. Pp. 21-52.

RABENHORST, E. R. Necessidades básicas, direitos humanos e pobreza. **Verba Juris**, ano 6, n. 6, pp. 67-85, jan/dez 2007. Disponível em <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/vj/article/view/14861>. Acesso em 17 jan. 2015. [Em cache]

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.